BOLETIM

PROEALC

Centro de Ciências Sociais / CCS – Julho – Agosto – Setembro – ISSN 2175-9103 Nº93

Boletim Número 93
Data: Julho – Agosto – Setembro/2022

EDITORIAL

O boletim de nº 93 traz os assuntos de destaque na América Latina nos meses de julho, agosto e setembro de 2022, referentes à essa edição. Neste boletim, procurou-se abordar o processo de eleições majoritárias que ocorrem no Brasil, sendo que para tal análise, se levará em conta também os impactos da pandemia no aprofundamento da crise do capital e seus reflexos em questões socioeconômicas, como aumento dos preços de alimentos básicos e da fome. Ainda pensando no Brasil, também buscou-se analisar os 200 anos de independência da nação, levando em conta que algumas estruturas atuais são consequências de políticas adotadas e não superadas desde o século XIX. Por fim, é importante analisar dois processos políticos que ocorrem na América Latina que são fundamentais para a correlação de forças políticas na região: o primeiro caso sendo o da Colômbia, onde o primeiro governo de esquerda eleito na história do país tenta implantar reformas políticas e uma diplomacia mais voltada para os seus vizinhos latino-americanos; e o segundo caso sendo o do Chile, onde as tentativas de mudança constitucional continuam em ampla discussão, mesmo após a derrota em plebiscito que propunha a superação da Constituição de Pinochet, no início do mês de setembro.
Concluindo, também contamos com a Agenda Acadêmica, com alguns dos principais eventos que tangem os direitos humanos. Temos também os Lançamentos, que incluem livros, filmes e peças no mesmo âmbito.

Desejamos a todos boas reflexões e uma boa leitura!

Profa. Dra. Silene de Moraes Freire
Coordenadora do PROEALC/CCS/UERJ
André Luiz Brito Silva Ferreira
Bolsista pesquisador do PROEALC

Em Foco I

Economia da fome: a agenda responsável pelo empobrecimento do povo brasileiro

Por *Pedro Alcântara*
16/07/2022

A fome se alastra pelo país como uma sombra que vai encobrindo cada vez mais vidas, destruindo sonhos e famílias por onde passa. Na última semana, esse assunto voltou à tona com grande repercussão, após a divulgação de um estudo da ONU que aponta o grande aumento da fome no Brasil. Em junho, o lançamento do "Inquérito Nacional Sobre Insegurança Alimentar no Brasil", da Rede Pessan, que reúne várias entidades dedicadas ao assunto no país, apresentou uma realidade também muito severa, apontando que 14 milhões de pessoas no Brasil entraram no mapa da fome apenas entre o final de 2020 e o início de 2022.

O número de brasileiros e brasileiras passando fome quase dobrou em menos de dois anos. É um escândalo! Sobretudo quando falamos de um país que figura entre os que mais produzem e exportam alimentos no mundo. Os dados são aterradores e não podem ser ignorados.

Segundo a mesma pesquisa da Rede Pessan, mais da metade da população brasileira, 58%, vive em situação de Insegurança Alimentar (IA). 30% da população convive com a restrição do acesso a alimentos e 15% passa fome, diariamente. Falamos de um universo de 125 milhões de pessoas para as quais a incerteza quanto ao que comer diariamente impera, sendo que para 33 milhões dessas a única certeza diária é a fome.

No último ano, em pelo menos 24% dos domicílios brasileiros que enfrentam a fome houve relatos de algum morador submetido a humilhação para conseguir alimentos. Isso significa quase 16 milhões de pessoas tendo sua dignidade ferida e seu Direito Humano à Alimentação Adequada, assim como define a ONU, destruído.

O perfil das pessoas mais atingidas não surpreende, haja vista o perfil histórico do abismo social brasileiro: população negra em geral, mulheres, nortistas e nordestinos e pessoas com baixa escolaridade. Boa parte delas estavam em domicílios que conviviam com desemprego ou precarização do trabalho; foram severamente impactadas pela queda da renda, o aumento da inflação de alimentos, a exclusão da rede de proteção social e/ou perda do poder de compra dos benefícios sociais recebidos.
O que explica que tenhamos retrocedido tanto em tão pouco tempo? Sim, em 2014, no governo Dilma, o Brasil havia sido retirado do Mapa da Fome da ONU. Agora, poucos anos depois, esse flagelo voltou com toda força. Ao contrário do que muitos pensam, não foi a pandemia a maior responsável por isso. A grande culpada é a agenda econômica e social surgida do golpe de 2016.

O golpe IMPÔS à sociedade uma agenda de acumulação de renda, destruição de direitos e deterioração da rede de proteção social. Impôs um novo "pacto social", voltado à preservação das elites econômicas em tempos de crise. Para isso, em nome de uma suposta "saúde fiscal" e da contenção da dívida pública, apostou todas as fichas da economia na austeridade, retraindo a capacidade de iniciativa econômica e de investimento na entrega de serviços sociais por parte do Estado, prometendo que o mercado, agora mais confiante, cuidaria do resto.

O carro chefe dessa política foi a EC 95, conhecida como "Teto de Gastos", que amarra o Estado brasileiro numa verdadeira camisa de força, obrigando-o a manter ou, na prática, a reduzir despesas com gastos primários (aqueles que financiam todos os serviços públicos, sociais e os investimentos) ao longo dos anos, até 2036. Tal política, que destoa até mesmo de pacotes conservadores aplicados mundo afora, praticamente suspende o projeto social pactuado na Constituição de 1988, na medida em que limita radicalmente a flexibilidade no uso do orçamento brasileiro em tempos de crise e obriga o contínuo desinvestimento em políticas sociais num país tão desigual como o nosso. Uma perversidade completa.

Junto com o "Teto de Gastos" veio a Reforma Trabalhista, que prometia aumentar a oferta de empregos no país diminuindo as obrigações dos empregadores frente aos trabalhadores. Ainda na campanha de 2018 Bolsonaro bradava: "menos direitos, mais empregos". Essa reforma alterou várias regras que vão de férias à intermitência do trabalho, de fragilização da justiça do trabalho à facilitação da demissão, jogando os trabalhadores numa zona de total instabilidade.

Além delas houve também a Reforma da Previdência, medidas regressivas na tributação e a lei da terceirização, todas na mesma direção: condicionar a retomada do crescimento ao desmonte da "onerosa" rede de direitos e proteção social, colocando nas costas dos trabalhadores os custos da crise econômica e impondo um modelo de concentração de renda/manutenção de privilégios.

Essa agenda é um fracasso: não trouxe a retomada econômica, diminuiu a renda dos brasileiros, trouxe de volta a inflação, agravou as desigualdades sociais e, ao fim e ao cabo, aumentou a dívida liquida e bruta do Estado. Quando a COVID chegou ao país encontrou um povo mais pobre, menos protegido, com a vida crescentemente precarizada. Um desastre! O que a pandemia fez foi aprofundar e acelerar um processo já em curso, diante de um Estado "amarrado" e de um governo criminoso e desumano.

Para boa parte dos especialistas, o crescimento exponencial da fome no Brasil de 2017 até aqui tem tudo a ver com a escolha dessa pauta econômica, promotora do que chamamos "economia da fome". Ela tirou todas as possibilidades do Estado aumentar investimentos para impulsionar a economia, gerar empregos e reagir à crise, ao mesmo tempo em que reduziu os gastos em políticas sociais, minando a rede de proteção social do país.

Além dos danosos resultados econômicos que delimitamos anteriormente, também facilitou o desmonte da educação e a destruição institucional na rede de assistência social, ocorrida desde o primeiro dia do governo Bolsonaro. Resultado: aumento das desigualdades, da miséria, da fome. Essa agenda pôs a segurança econômica das elites como valor acima da existência e da dignidade da maioria pobre do país.

Para superar a fome temos que vencê-la, derrotando mais uma vez o falso dilema “responsabilidade econômica ou justiça social?”. A distribuição de renda e o investimento social podem e devem ser o motor a impulsionar um responsável e justo desenvolvimento econômico. A defesa da democracia passa necessariamente por um novo pacto social que viabilize isso.

A economia deve servir à sociedade, não o contrário. E o valor maior de qualquer sociedade é a preservação da vida e dos direitos básicos de seus cidadãos.

Link: https://www.brasildefato.com.br/2022/07/16/opiniao-economia-da-fome-a-agenda-responsavel-pelo-empobrecimento-do-povo-brasileiro

Em Foco II

Pálido consolo

Por *José Carlos Garcia*
22/07/2022

O carro passava, enquanto a cena assaltava-me pela janela, de relance. À lata de lixo entreaberta, três pares de mãos entravam e saíam. Três sombras, três fantasmas, três donos daquelas mãos que reviravam seu conteúdo e conversavam entre si, como as weird sisters

(irmãs estranhas) de Macbeth, a remexer o caldeirão – mas as bruxas não catavam sobras do passado, antes revelações ao futuro.

Há anos estas cenas pareciam banidas do país, assim como as crianças em malabares de sinal, ou as chusmas a dormir sob marquises. Saímos do Mapa da Fome e acreditamos, algo ingênuo, que para sempre. Os tempos mais recentes, após a deposição inconstitucional e ilegal de uma presidenta eleita, trouxeram de volta os assombros do passado. Contraface dos bruxos que remexem os lixos das instituições e saúdam golpes e torturas, há gente a revirar lixo, a mendigar, a equilibrar-se por trocados em sinais, a dormir sem teto. Também filas para pegar restos de carne e ossos, venda de cabeças de peixe, de pontas de macarrão, de arroz e feijão quebrados, de soro de leite – alimentos descartados pela indústria para o abastecimento regular dos incluídos, agora ofertados a preços módicos ao número crescente de excluídos, prova definitiva e irrefutável de que o empreendedorismo e a livre iniciativa sempre podem converter em lucro a mais torpe miséria.

Em pouco mais de quatro anos formou-se uma multidão de 17 milhões de brasileiros sem ocupação fixa, sem renda adequada, sem condições de pagar por teto e mesa. Diz a ONG Ação da Cidadania Contra a Fome que mais de 33 milhões de pessoas vivem em insegurança alimentar no Brasil, e que apenas 40% das famílias têm acesso a uma alimentação adequada. Isso, em uma das maiores economias do mundo. Um dos maiores produtores de alimento do mundo. Um dos países mais desiguais do mundo.

As respostas de por que um país tão rico vivencia e normaliza uma tal tragédia hão de ser muitas e muito amplas e complexas. Creio que, desde que sinceras, todas gravitarão, direta ou indiretamente, em torno da herança escravocrata e do racismo estrutural. País que mais recebeu africanos escravizados no mundo, essa monstruosa commodity dos tempos coloniais, e último a abolir a escravidão, o Brasil sempre naturalizou a divisão entre trabalho braçal e intelectual, e sempre debochou do primeiro. Que outra sociedade poderia gerar figura tão abjeta quanto o escravo de ganho (escravos urbanos que trabalhavam fora e repassavam parte de seus ganhos a seus donos)?

Todo capitalismo se baseia na infantilização contínua das sociedades, forma única de convencer as turbas ao consumo desenfreado daquilo de que não necessitam. As populações, reduzidas existencialmente à fase egoica dos três anos de idade, querem para si e a todo custo todo tipo de brinquedo, pouco importando os preços, individuais ou sociais, a serem pagos. Os brados da classe média branca contra as políticas de cota são o choro infantil de uma sociedade mantida no jardim da infância de sua existência, incapaz de encarar os espelhos indispensáveis para que possa crescer e, assim, empunhar suas responsabilidades e destinos. O discurso meritocrático é a cereja marrasquino do bolo de desprezo pela história, fingindo exigir dos descendentes de escravizados, que jamais foram considerados parte legítima da sociedade, as igualdades de competição e os desempenhos que as famílias brancas e incluídas sempre tiveram por garantia. Juntos, demanda por meritocracia e latido contra cota são o choro manhoso da criança branca que perdeu seu carrinho.

O trabalho escravo atual ainda é majoritariamente rural, mas ocorre nas grandes cidades brasileiras, como São Paulo ou Rio, em setores como a indústria têxtil, a construção civil e o trabalho doméstico. Enquanto escrevo esta crônica, ouço os episódios finais de um podcast, “A mulher da casa abandonada”, sobre a herdeira de uma rica mansão decaída de São Paulo, acusada de reduzir a condição análoga à escravidão, nos EUA e por mais de vinte anos, uma

mulher brasileira. Mulher, brasileira, negra e pobre. Mulheres, brasileiras, negras e pobres são a imensa maioria das pessoas em trabalho forçado doméstico urbano no país. Mas, diz o muxoxo da classe média, isso nada tem a ver com herança escravocrata e racismo estrutural. Elas não são empregadas porque são da família. Da família de bem. Quem sabe, parapraxia freudiana, por "ser da família" não queiram dizer pertencimento, mas propriedade: são da família, como a casa do papai, ou o broche da vovó, são bem de família da família de bem.

Repasso mentalmente a cena inaugural deste texto. Penso que aquelas weird sisters são, de fato, três brothers, três jovens homens que conversavam entre si animadamente, que sorriam. Não pareciam catar ao lixo restos de comida. Catavam, suponho, material reciclável. Que pálido consolo saber que suas mãos não iriam diretamente do lixo à boca para comer, que antes passariam pelas cédulas poucas obtidas na troca do material reciclável. Poderiam, finalmente, exercer sua liberdade e, repletos de alegria, comprar o soro de leite, ou a cabeça de peixe, ou os grãos quebrados de feijão que a classe média branca não quis. E que as sobras do passado que buscavam ao lixo eram úteis à revelação de um futuro ecologicamente sustentável. Claro que tudo seria mais fácil se as famílias de bem da classe média branca separassem lixo orgânico de material reciclável – mas para quê o fazer, se há tantas mãos disponíveis ao serviço malcheiroso?

O consolo pode ser pálido, não a pele daquelas mãos.

Link: https://www.brasildefato.com.br/2022/07/22/palido-consolo

Em Foco III

Duzentos anos

Por *Valerio Arcary*
07/09/2022

Duzentos anos depois da independência, o Brasil é uma nação triste. A imagem externa benigna do país, construída no pós-guerra e associada à alegria do samba e à apoteose do carnaval, à ginga e imaginação do futebol, à beleza das praias e florestas, à exuberância da Amazônia, mergulhou em declínio.

O Brasil é percebido hoje, internacionalmente, como um país perigoso, em toda a linha. A estagnação do capitalismo periférico nos levou a perder uma década e deixou o Brasil à deriva. A eleição de Bolsonaro em 2018, um neofascista obtuso, agravou esta imagem decadente. No próximo 7 de setembro, mais uma vez, a extrema direita irá às ruas para intimidar os Tribunais Superiores, aterrorizar a esquerda e denunciar, por antecipação, a lisura do processo eleitoral.

Independência incompleta em 1822, abolição tardia e sem reforma agrária em 1888, República sem democracia em 1889, Revolução de 1930 que degenera em Estado Novo, democracia com ilegalização da esquerda depois de 1945, ditadura militar por duas décadas e, finalmente, quase 30 anos de regime democrático-liberal que culminam em um golpe institucional em 2016 para impedir a reeleição de Lula em 2018. Não é uma história animadora.

Mas não é somente o passado que pesa. O futuro parece tão sombrio que cinco milhões de jovens, entre os mais intrépidos e dinâmicos, saíram desesperados do país para tentar a sorte de uma vida melhor nas últimas três décadas. Eles correspondem quase a 5% da população economicamente ativa.

O flagelo de uma desigualdade social entre as maiores do mundo, fora da África subsaariana, confirma que a nação permanece ainda, dramaticamente, atrasada, mesmo em comparação com as vizinhas do Cone Sul. A pobreza extrema diminuiu em comparação com décadas passadas, mas a iniquidade social permanece em níveis escandalosos. O atraso e a desigualdade social se mantêm em patamares absurdos. A Argentina está em 40º lugar entre 188 nações, com um IDH de 0,836. O Brasil está na posição 75º com 0,755.

Diferente de outros países, no Brasil, a classe dominante tem tido, historicamente, uma dificuldade persistente em ganhar a maioria do povo e até a classe média para uma visão otimista de futuro. Mesmo em tempos de efeméride de 200 anos de independência encontram obstáculos, quase intransponíveis, para mimetizar os seus planos de emergência em projeto nacional duradouro.

Uma tensão social crônica está na raiz desse fracasso. Afinal, boas razões nunca faltaram para que o Brasil seja conflitivo. O suplício de uma vida miserável, a aflição de uma insegurança permanente, o desgosto de uma eterna humilhação, a angústia de uma ausência de perspectivas foram a experiência de gerações.

Uma luta de classes molecular sempre transpirou por todos os poros, e se traduziu numa instabilidade política duradoura: depois de quase quatro séculos de escravidão e de Estado com formas monárquicas, 41 de regime autocrático-oligárquico, 36 de ditadura semifascista, menos de 40 anos de democracia-liberal, e ainda assim sem liberdades civis plenas para a maioria negra, não é fácil fantasiar sobre um sentido para nossa história.

Mas tudo isso não inibiu as tentativas de “invenção de uma tradição”: às vezes, ambiciosamente, “civilizatória”; sempre, pomposamente, “original” (identidade cordial, cultura morena). Esforços persistentes de romantização da história do Brasil, de uma parte inspirados na lusofilia, de outra na lusofobia, mas sem raízes profundas, sequer na classe dominante.

O Brasil é atrasado econômica, social, política e culturalmente. É dramaticamente atrasado em termos educacionais, quando comparado a nações em estágio semelhante de desenvolvimento econômico. Aqueles plenamente alfabetizados na língua e na matemática são somente 8%, e os analfabetos funcionais correspondem a 27% da população com 15 anos ou mais, ou seja, quase um em cada três.

Mas o Brasil é, ao mesmo tempo, o maior parque industrial do hemisfério sul do planeta e uma das doze maiores economias do mundo, com vinte regiões metropolitanas com um milhão ou mais de habitantes e 85% da população economicamente ativa em centros urbanos. Um laboratório histórico do desenvolvimento desigual e combinado. Uma união do obsoleto e do moderno, um amálgama de formas arcaicas e contemporâneas. Insere-se no mundo como um híbrido de semicolônia privilegiada e submetrópole regional.

O Brasil foi e permanece, sobretudo, uma sociedade muito injusta. A chave de uma interpretação marxista do Brasil é a resposta ao tema da principal peculiaridade nacional: a desigualdade social extrema. Todas as nações capitalistas, no centro ou na periferia do sistema, são desiguais, e a desigualdade está aumentando desde a década de 1980.

Mas o capitalismo brasileiro tem um tipo de desigualdade anacrônica. Por que os graus de desigualdade social foram sempre tão, desproporcionalmente, elevados, quando comparados com as nações vizinhas, como Argentina, ou Uruguai? Hipóteses reacionárias variadas foram elaboradas, ao longo de décadas. As mais influentes eram fundamentadas em premissas racistas, inspiradas pela eugenia, em um debate que não é somente histórico, porque nos informa sobre um traço especialmente aberrante de um tipo de mentalidade de frações da classe dominante que, mesmo minoritário, ainda subsiste.

Obras lusofóbicas e racistas como Evolução do povo brasileiro, de 1923, de Oliveira Vianna, que defendia a necessidade do "embranquecimento" do povo, pretenderam explicar a desigualdade pelo atraso, e o atraso pela miscigenação de raças. Outras, como Casa grande & senzala de Gilberto Freyre, adepto da lusofilia, apresentam a miscigenação como uma chave de distinção progressiva do Brasil de países, como os Estados Unidos, em que se impôs a apartação racial, o apartheid. Ela fundamentou a ideologia da "democracia" racial.

A burguesia brasileira buscava intérpretes de sua história que pudessem legitimar uma demanda ideológica para o seu nacionalismo. A ideia de uma "nação de sangue" como fundamento da interpretação do caráter de um povo revelaria um destino histórico para a sociedade. A investigação do que seria o caráter do povo brasileiro passou então a ser o centro de um projeto ideológico.

A visão do Brasil como um país de povo dócil e intensamente emocional correspondia às necessidades da classe dominante. Na obra de Sérgio Buarque de Holanda, Raízes do Brasil, o tema do "brasileiro cordial" respondia a esta demanda. Mas Sérgio Buarque estava preocupado, essencialmente, em compreender a aversão da classe dominante ao critério meritocrático liberal.

A mobilidade social era muito baixa. O Brasil agrário era uma sociedade muito desigual e rígida, quase estamental. Era estamental porque os critérios de classe e raça se cruzavam, forjando um sistema híbrido de classe e castas que congelava a mobilidade. A ascensão social era somente individual e estreita. Dependia, essencialmente, de relações de influência, portanto, de clientela e dependência através de vínculos pessoais: o pistolão. O critério de seleção era de tipo pré-capitalista: o parentesco e a confiança pessoal.

Se a chave de interpretação do Brasil deve ser a desigualdade social, a chave da compreensão da desigualdade é a escravidão. O capitalismo brasileiro perpetuou a escravidão até quase o fim do XIX. Uma escravidão tão longa, e em escala tão grande deixou uma herança social histórica. A população indígena, estimada em três milhões, dois milhões ao longo da costa, e um milhão nos interiores, foi dizimada quando da invasão.

O Brasil conheceu a escravidão indígena até às reformas pombalinas, na segunda metade do século XVIII. A escravidão negra surgiu com as primeiras fazendas de monocultura de açúcar, a partir de 1530, e persistiu durante, aproximadamente, três séculos e meio. Estima-se que a população escravizada não deve ter sido menor que um terço do total até 1850, e pode ter sido

próxima à metade, ou pelo menos 40% no século XVIII, no auge da exploração do ouro das Minas Gerais.

Duzentos anos depois da independência ainda somos uma nação triste em busca de um destino.

Link: https://blogdaboitempo.com.br/2022/09/07/duzentos-anos

Em Foco IV

Debate no SBT é síntese de um Brasil que regrediu

Por *Glauco Faria*
24/09/2022

Se fosse possível explicar a um extraterrestre o que se tornou o cenário político brasileiro após a emergência da extrema direita no Brasil e de sua ascensão ao poder, o debate do SBT da noite deste sábado seria mais que ilustrativo. Não só pela presença de seu representante maior, mas porque ali estavam figuras que também traduziam o contexto histórico que possibilitou o triunfo do atual presidente.

O predomínio do tema corrupção, que não saiu da boca dos participantes, mostra que a base fundadora da antipolítica continua firme. O assunto não foi levantado com uma discussão séria a respeito de formas, mecanismos e instrumentos para combater o problema, mas sim como arma para atacar, em especial, Lula e o PT. Em segundo plano, o tema foi usado como munição entre os presidenciáveis presentes.

Foi justamente em um ataque de Bolsonaro a Ciro a única ocasião em que o pedetista confrontou de fato o candidato do PL, oportunidade que não aproveitou nem no único debate em que o atual presidente esteve presente em 2018. De resto, preferiu adotar a falsa simetria lastreada na tal "polarização" que iguala os desiguais. O tipo de desserviço que oculta o real caráter do governo de plantão.

Em certa medida, o mesmo tipo de postura foi adotada por Simone Tebet, de forma mais polida, e Soraya Thronicke. E é esse o comportamento que elucida o porquê de Bolsonaro ainda ser presidente após três anos e meio de uma gestão absolutamente danosa ao país. Parte do arranjo e da acomodação do sistema político trataram e ainda tratam o ex-capitão como uma figura que estaria dentro do espectro normal e não como alguém que corrói de forma contínua o sempre frágil arranjo institucional brasileiro. A conduta, em especial de Ciro, fica ainda mais contrastante em uma semana na qual Lula ganhou diversas adesões de figuras que não estão à esquerda ou centro-esquerda.

Para quem viu os debates pós-redemocratização em 1989, ao vivo ou pelo Youtube, se choca com a diferença de conteúdo político real daqueles embates em comparação com o que se viu na noite deste sábado. Mas há também um outro aspecto: a direita presente ali, representada principalmente por Paulo Maluf e Ronaldo Caiado, se esforçava para parecer "moderna", deixando o passado (leia-se a ditadura) para trás, ainda que a trajetória de ambos dissesse o contrário.

Agora, temos uma direita desavergonhada, representada não só pelo atual presidente, mas pelo padre Kelmon, linha auxiliar que quase pediu votos não para si, mas para o candidato do PL. Com fixação no tema do aborto, quis "ensinar" o que era feminismo para uma mulher e ainda atribuiu à Lei de Cotas uma possível "divisão" no país. Suco do ultraconservadorismo que só pode se mostrar de forma aberta e orgulhosa por conta de um presidente eleito mesmo após ter feito apologia da tortura e da ditadura civil-militar.

Já Felipe D'Ávila, do Novo, repete o padrão de normalização de Bolsonaro ao ter como alvo preferencial o petismo e pregando seu liberalismo que remonta (mais uma volta ao passado) ao mesmo ideário defendido pelo candidato Collor em 1989. O seu figurino é daquele que seria o mais apto a derrotar o PT, muito pouco para alguém que se diz pleno de propostas.

A religião, valores supostamente morais, o liberalismo econômico e a banalização do fascismo estavam todos no debate e vão continuar entre nós mesmo depois de uma eventual derrota do bolsonarismo. No encontro, vimos um Brasil que retrocedeu, e retratado de uma forma muito nítida. É possível - e necessário - ser melhor que isso.

Link: https://www.brasildefato.com.br/2022/09/24/debate-no-sbt-e-sintese-de-um-brasil-que-regrediu

Em Foco V

Quem tem medo das urnas eletrônicas?

Por *Claudia Maria Dadico*
30/09/2022

A pandemia de desinformação que assola o mundo e o Brasil torna obrigatória a repetição do óbvio, muitas e muitas vezes.

Estamos cansados, é verdade, mas não nos é permitido parar de repetir que a terra é redonda, que não há tratamento precoce para a covid-19, que as vacinas para a covid-19 não transmitem HIV e que tampouco são feitas de células de fetos abortados.

Agora, estamos sendo obrigados a repetir, à exaustão, que as urnas eletrônicas são seguras, confiáveis e auditáveis.

Poderíamos, como sociedade, estar noutro estágio, engajados na reflexão coletiva em torno de um grande projeto nacional e nas prioridades para a execução desse projeto.

Poderíamos ter os olhos voltados para o futuro, para o País que queremos deixar para as próximas gerações, em meio às ameaças da crise climática e do esgotamento dos recursos naturais acelerado pela razão neoliberal.

Também poderíamos estar pensando, coletivamente, no aprimoramento da democracia brasileira e na efetividade substancial da noção de cidadania, entendida não apenas como um exercício mecânico e meramente formal do direito ao voto, mas sim como conceito indissociável do pleno exercício das liberdades – de opinião, de expressão, de convicções filosóficas e políticas, de religião, de manifestação, de associação e de reunião -, da superação

das desigualdades, com pleno acesso ao conjunto de direitos sociais que perfazem o direito à existência digna - alimentação, educação, saúde, segurança, cultura, lazer e, na centralidade desse plexo de direitos, o direito ao trabalho não precarizado. Um projeto de país que não permita a normalização da fome de 33 milhões de compatriotas e o vertiginoso aumento da população em situação de rua.

No entanto, nos vemos obrigados a revisitar e repetir o óbvio.

Apesar de cansados, não podemos nos furtar às nossas obrigações cívicas. É preciso (re)dizer aquilo que deve ser dito e (re)dito.

O sistema eletrônico de votação, adotado pelo Tribunal Superior Eleitoral, é fruto de evolução que deita raízes na própria criação da Justiça Eleitoral, em 1932. Desde então se sentiu a necessidade de diminuir a possibilidade de intervenção humana nas várias etapas do processo eleitoral, com o objetivo de eliminar fraudes.

O antigo processo de votação manual, diante da grande margem de intervenção humana em todas as suas etapas, possibilitava todo tipo de fraudes, desde a preparação das urnas de lona, que já podiam vir com votos em seu interior, até nos momentos da própria votação, com a apresentação de documentos falsos de identificação do eleitor, estendendo-se até os momentos do transporte das urnas de lona ao local da apuração e apuração, com a inserção de dados nos espaços não preenchidos das cédulas de papel.

Com a finalidade de reduzir essas fraudes e aumentar a credibilidade do processo, a Justiça Eleitoral veio implementando progressivamente soluções tecnológicas. Assim, em 1986 efetuou o recadastramento eletrônicos de mais de 70 milhões de eleitores. A utilização de um computador central para totalização das eleições gerais veio em 1994.

O ano de 1995 foi um marco nesse processo, com a apresentação de um protótipo de urna eletrônica por pesquisadores do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais e do Centro Técnico Aeroespacial – CTA, vinculado à Força Aérea Brasileira. Sim, é isso mesmo, o protótipo de urna eletrônica foi desenvolvido com a participação ativa de militares da aeronáutica. O desenvolvimento do protótipo por uma comissão de juristas e pesquisadores resultou na utilização das urnas eletrônicas, pela primeira vez em 1996, quando 32 milhões de eleitores votaram em 77.969 urnas em todo território nacional.

Desde 1996, as urnas eletrônicas têm sido utilizadas e aperfeiçoadas com ampla colaboração da sociedade civil. Veja-se, por exemplo, os processos de abertura do código-fonte, em que respeitadas instituições de ensino e pesquisa auxiliam no aperfeiçoamento tecnológico da ferramenta. Nesse sentido, é importante destacar a participação, neste ano de 2022, de três das mais respeitadas universidades brasileiras – a Universidade de São Paulo (USP), a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) que realizaram estudos aprofundados nos códigos-fonte do sistema eletrônico de votação e no modelo de urnas eletrônicas de 2020, que será utilizado pela primeira vez nas eleições de 2022. Todas estas instituições foram unânimes e categóricas no sentido de atestar a segurança e a auditabilidade dos sistemas e dos equipamentos que registrarão os votos das brasileiras e brasileiros no próximo domingo.

A segurança das urnas eletrônicas é reforçada pelo emprego de tecnologias de criptografia, assinatura digital e resumos digitais. Os programas (softwares) que funcionam nas urnas eletrônicas são dotados de cadeia de confiança, ou seja, somente programas desenvolvidos pelo próprio TSE podem ser executados nas urnas eletrônicas. Ao final da votação, os boletins de urnas (BU) são assinados de forma digital e são enviados por um canal exclusivo aos computadores do TSE nos quais serão feitas as totalizações. Esse canal possui elevados níveis de criptografia e múltiplas barreiras de segurança.

As urnas funcionam de forma isolada, ou seja, a única conexão possível durante o processo de votação é o cabo de energia. Não são possíveis conexões a uma rede (internet) e nem qualquer outra conexão com ou sem fio. Em caso de queda de energia, as urnas são dotadas de baterias com duração de 10 horas.

A urnas modelo 2020 contam com um processador 18 vezes mais rápido que os processadores do modelo anterior, de 2015.

As urnas eletrônicas também são sustentáveis, já que 99% dos componentes são reciclados quando de seu descarte.

Além da já mencionada inspeção do código-fonte, o processo eleitoral passa por uma série de auditorias: antes, durante e depois das eleições.

Antes das eleições são realizados testes públicos de segurança, nos quais qualquer brasileiro pode apresentar um plano de ataque cibernético aos sistemas eleitorais envolvidos na geração de mídias, votação, apuração, transmissão e recebimento de arquivos. O teste é considerado finalizado apenas quando eventuais vulnerabilidades são corrigidas, momento em que o TSE convida os envolvidos para testar novamente o sistema e atestar a correção das falhas.

Durante as eleições são realizadas outras auditorias, tais como os testes de integridade – a chamada “votação paralela”, a verificação de autenticidade e integridade dos sistemas instalados nas urnas, a impressão da zerézima. A presença de missões de observação eleitoral e de convidados internacionais também é considerada uma modalidade de auditoria do processo eleitoral.

As missões de observação eleitoral possuem caráter independente, com autonomia dos observadores que a integram e são consideradas um fator de “fortalecimento da democracia no mundo”, como destacou o assessor-chefe de assuntos internacionais do TSE, Gilberto Scandiucci Filho.

Neste ano, além da missão da Organização dos Estados Americanos (OEA) que já executou observação eleitoral nos pleitos de 2018 e de 2020, o TSE também credenciou as missões do Parlamento do Mercosul (Parlasul), da Rede Eleitoral da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), Carter Center, International Foundation for Electoral Systems (IFES), da Unión Interamericana de Organismos Electorales (UNIORE) e da Rede Mundial de Justiça Eleitoral. Também participarão das eleições de 2022 convidados internacionais do TSE: autoridades eleitorais, especialistas no tema e mesmo ex-chefes de Estado para reforçar mecanismos de cooperação e de troca de informações. Dentre as autoridades convidadas estão integrantes do Instituto Internacional para Democracia e Assistência Eleitoral (Idea Internacional): a ex-presidente da Costa Rica Laura Chinchilla, a ex-presidente da Colômbia

Marta Lucía Ramírez, a senadora uruguaia Mónica Xavier, o secretário-geral Kevin Casas-Zamora e o diretor regional para América Latina, Daniel Zovatto.

Por sugestão da Missão de Observação da OEA, o TSE pela primeira vez abriu edital para credenciamento de Missões de Observação Eleitoral nacionais. Dentre as entidades credenciadas como MOE nacional estão a ABJD – Associação Brasileira de Juristas pela Democracia, a AJD – Associação Juízes para a Democracia, a ANADEP – Associação Nacional de Defensores Públicos, o MCCE – Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral, a Universidade de São Paulo – USP, a UERJ – Universidade Estadual do Rio de Janeiro, a Transparência Eleitoral Brasil e a Faculdade de Direito de Vitória.

Mas não é só.

Há ainda auditorias após a votação: verificação de relatórios e cópias de arquivos de sistemas, recontagem de votos por meio do registro digital do voto, contabilização dos votos por meio da comparação dos boletins de urna impressos pelas urnas eletrônicas, emissão dos boletins de urna com assinatura dos mesários e fiscais presentes antes do envio do registro para totalização, a impressão de boletins de urna mediante códigos QR, possibilitando cópia e gravação em celulares e tablets e, se necessário, verificações extraordinárias.

O que se verifica, de todas essas informações, é que o sistema eletrônico de votação não é obra apenas do Tribunal Superior Eleitoral, mas representa, em verdade, o produto de uma longa evolução na qual várias forças criativas da sociedade brasileira e internacional atuaram em sinergia, com a finalidade de dotar o Brasil de um dos mais ágeis, confiáveis e seguros sistemas de votação do mundo. As urnas eletrônicas são um patrimônio do Brasil.

É certo que, como toda criação humana, o sistema eletrônico de votação brasileiro comporta aprimoramentos. Todavia, essa robusta conjugação de tecnologia, expertise e dedicação, em seu atual estágio de desenvolvimento, confere à cidadania brasileira uma potente arma contra qualquer tentativa de ruptura democrática.

Diante disso, não é demais dizer e repetir: a terra é redonda; as vacinas são eficazes para a prevenção das formas graves de doenças; o homem já chegou à Lua e as urnas eletrônicas são confiáveis, seguras e auditáveis.

Link: https://www.brasildefato.com.br/2022/09/30/quem-tem-medo-das-urnas-eletronicas

Em Foco VI

Vitória do 'rechazo' no Chile. Afinal, o que houve?

Por *Weverton Brito Lima*
09/09/2022

No dia 25 de outubro de 2020, mais de 78% dos eleitores chilenos aprovaram a convocação de uma Assembleia Constituinte exclusiva para redigir uma nova carta magna que enterraria a Constituição Pinochetista. Em abril de 2021 eles elegeram uma maioria de convencionais progressistas. Pouco tempo depois, estes mesmos eleitores rejeitam de forma contundente o texto da Constituição proposta.

E não foi uma rejeição qualquer. Foi uma rejeição muito grande. Maior do que os sonhos mais otimistas da direita e até do que projetavam as pesquisas. A média das pesquisas apontava para a vitória do "rechazo" por 46,7%. Abertas as urnas, o Não venceu com 61,8% e o "Apruebo" obteve apenas 38,1%. A participação dos eleitores foi recorde. Foram votar 80% dos eleitores inscritos. O tamanho da derrota exige uma análise abrangente.

O presidente do Partido Comunista do Chile, Guillermo Teillier, em entrevista ao Semanário *El Siglo* disse que uma análise da "derrota retumbante" exigirá previamente um intenso debate interno nos (e entre os) partidos que defenderam o *Apruebo*.

É consenso o papel decisivo que a desinformação e a propagação de fake news desempenharam na campanha.

Repetindo uma história que conhecemos bem no Brasil, a mídia hegemônica expressou os interesses de uma elite chilena reacionária contra um texto avançado, que declarava o Chile uma "república solidária, inclusiva e paritária", com valores irrenunciáveis de "liberdade, igualdade substantiva entre os seres humanos", previa ainda a desmilitarização da polícia, a paridade de gênero em todos os poderes de Estado e o acesso à saúde e educação como direito universal. No Capítulo sobre a Comunicação Social, o texto, na visão de estudiosos da Universidade do Chile, *"garante os direitos fundamentais clássicos nesta matéria, como o direito à liberdade de pensamento, opinião e liberdade de expressão, sem censura prévia. Da mesma forma, são reconhecidas as dimensões sociais e coletivas do direito à comunicação (...) reconhece-se o direito que assiste a cada pessoa de fundar e apoiar a mídia, a proibição de monopólios, o dever do Estado de evitar a concentração da mídia e também contempla um sistema de mídia pública de âmbito nacional, regional e local. A neutralidade da rede, a conectividade concebida como um serviço básico, como água ou eletricidade".*

Os defensores da aprovação encontravam, por toda a parte, as mesmas dúvidas que um mar de mentiras espalhadas na rede ajudaram a consolidar: as pessoas perderiam as casas, o Chile se dividiria em muitas nações, o culto religioso seria proibido para os cristãos, etc. Um relatório revelou que sete páginas do Facebook usaram milhões de pesos na propagação de notícias em defesa do Rechaço. Das dez páginas que mais investiram em recursos durante a campanha, nenhuma era pela aprovação. Em todas as redes sociais o cenário era o mesmo. A mídia hegemônica em uníssono (rádios, jornais impressos e TVs) martelavam dia e noite pela rejeição ao texto constitucional.

Por outro lado, era mais do que esperado que a direita fizesse exatamente isso mesmo. Qual a surpresa?

Com menos de seis meses no exercício do mandato, seria injusto atribuir ao presidente Gabriel Boric peso determinante na derrota, embora sem dúvida ela recaia também sobre o seu

governo. Tanto assim que logo depois do resultado Boric anunciou uma ampla reforma do gabinete ministerial, visando incorporar forças mais amplas, o que implicou em perda para a Frente Ampla e a incorporação do partido moderado Socialismo Democrático (SD).

Quiçá a derrota, ainda mais nesta dimensão, tenha ocorrido por uma certa autossuficiência dos setores progressistas que impediu a análise realista da correlação de forças. Afinal, a sucessiva onda de manifestações desencadeadas a partir de 2019 e que redundaram em diversas e contundentes derrotas para a direita, talvez tenha feito surgir em parte da esquerda a ilusão de que a batalha estava previamente ganha, e com isso as forças necessárias não foram mobilizadas nem se compreendeu corretamente o ambiente da disputa.

Em relação ao ambienta da disputa, algumas características chilenas podem igualmente nos ajudar a entender o resultado.

Dias antes do plebiscito o jornal *New York Times* publicou um editorial onde questionava como era possível um dos países mais conservadores da América Latina aprovar uma das constituições mais progressistas do mundo. O chileno médio é, de fato, conservador em termos de costumes e muito apegado aos símbolos nacionais. Um parêntese para esclarecer que, em minha opinião, este segundo aspecto não é um demérito nem está ligado necessariamente a uma visão política conservadora. Pelo contrário, o patriotismo autêntico é o patriotismo da esquerda consequente, que defende a soberania nacional, a integração latino-americana, é anti-imperialista, etc. Fecha parênteses.

A comunicação da direita soube aproveitar o fato de a nova Constituição declarar o Chile um estado plurinacional para inventar que o Chile seria dividido em várias nações independentes, que a nova Constituição estava sendo escrita por pessoas destituídas de amor pelo Chile e despreparadas. Algumas atitudes de convencionais progressistas parecem ter jogando água neste moinho. Vamos listar quatro delas que tiveram imensa repercussão midiática e foram habilmente exploradas pela reação.

1- Logo na instalação da Convenção Constitucional (4 de julho de 2021), ao se iniciar a cerimônia de abertura com a execução do hino chileno, alguns convencionais começaram a bradar palavras de ordem exigindo a libertação dos presos nos protestos. O hino foi interrompido assim como a instalação dos trabalhos. A mídia conservadora "denunciou" o "desrespeito com o hino". Dois dias depois, uma das deputadas constituintes que obstruiu a instalação, Elsa Labraña (Lista del Pueblo), em entrevista à TV, quando questionada se não teria sido errado interromper a execução do hino, respondeu da seguinte forma: "*Acho que não, o hino nacional gera muita divisão em nosso país*". O jornalista indaga se o hino e a bandeira, que estão na Constituição chilena, não deveriam representar a todos e Elsa responde que o hino e a bandeira "*representam você, não os povos nativos e é justamente a Constituição que nós vamos mudar. Alguém pode pensar em fazer um novo hino, por que não, ou outra bandeira. Estamos em um processo de refundação do país*".

2 – O hino chileno começa assim: "*Puro, Chile, es tu cielo azulado / Puras brisas te cruzan también*". No dia 30 de março de 2022, o deputado constituinte Félix Galleguillos, representante do povo Atacameño, propôs que o início passasse a ser cantado desta forma: "*Pluri Chile es tu cielo azulado*". Uma deputada da direita tuitou o vídeo da proposta com o

comentário: "*Aqui está a prova, para que não digam que é fake ou que querem desacreditar o processo*".

3 – No dia 03 de maio, o constituinte pela Federação Regionalista Verde Social (FRVS), Nicolás Núñez, votou enquanto tomava banho. No chuveiro e com a câmara ligada. Só desligou depois que alguns convencionais solicitaram. A direita delirou e a reação da rede foi a pior possível. Núñez se desculpou posteriormente.

4 – Já na reta final da campanha, no dia 30 de agosto, um comício em Valparaíso pelo "Apruebo" contou com a performance do grupo "Las indetectáveis", que se define como um uma "*comunidade de criação afetiva e resistência anarco-travesti dissidente*". O jornal espanhol *El Mundo*, descreveu a performance: "*No evento da noite de sábado em Valparaíso, cerca de 3.000 pessoas viram como um dos integrantes do grupo puxou uma bandeira chilena do ânus de outro, simulando um aborto. 'Este buraco é aprovado? ' Um membro do grupo se perguntava enquanto outro mostrava seu ânus ao público"*. O mundo caiu sobre o governo e os organizadores do comício. O governo de Boric teve que ir à público dizer que denunciou ao Ministério Público o desrespeito à bandeira do Chile. Aliás, no texto final da Constituinte não havia nada visando alterar nem o hino nem a bandeira, mas o estrago estava feito.

"Alguns assuntos receberam muita relevância e não estavam entre os interesses primordiais do cidadão comum"

É claro que estas atitudes isoladas não explicam totalmente a derrota. Como afirma o ex-convencional e escritor Jorge Baradit (Independente) em entrevista ao El Siglo, "*Houve pontos ruins e alguns convencionais cometeram erros de protocolo que assustaram o chileno médio. Mas seria subestimar o país pensar que porque alguém votou no chuveiro se rejeitaria um texto tão importante. Porém, aconteceram outras passagens mais sérias: interromper o hino ou sugerir que poderiam mudar a bandeira são questões que não se brincam em nosso país. Agora, seria o caso de ouvir a opinião destes protagonistas (mas) acusar exclusivamente a Convenção é fabricar um bode expiatório muito conveniente para todos, mas pouco útil para fazer uma análise séria".*

Para Baradit, o combate à proposta de nova constituição foi devido aos seus méritos e não aos seus defeitos: "*Essa mesma convenção pouco formal, mais centenas de assessores, especialistas e representantes de movimentos sociais, produziu um texto que foi internacionalmente elogiado por economistas, ambientalistas e constitucionalistas de prestígio internacional".*

Ao ser questionado sobre que autocrítica poderia ser feita neste momento, o ex-convencional destacou:

"Em retrospecto, aprovar um pacote fechado tão grande, com questões tão diversas faz com que a possibilidade de sucesso pareça ingênua. A intersecção de interesses em jogo de todos os participantes faz com que pareça impossível. Acolhemos todas as vozes silenciadas e dissidentes, mas não previmos como elas coexistiriam na mente dos chilenos. Para alguns, a Constituição era muito boa, mas a questão do aborto tornou-se insustentável, por exemplo, e eles rejeitaram os 387 artigos restantes só por causa disso. Assim aconteceu, em maior ou

menor grau com outros assuntos, como as dúvidas sobre a liberdade de culto. Acho que alguns assuntos receberam muita relevância e não estavam entre os interesses primordiais do cidadão comum".

Nesta quarta-feira (07/09) os presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado do Chile fizeram, com representantes do governo e da oposição, a primeira reunião para tratar do novo processo constituinte.

Tanto o presidente Boric quanto a oposição declararam que pretendem levar adiante o processo constituinte, porém com a derrota do texto proposto pela Convenção dificilmente poderemos esperar avanços substanciais frutos de um novo processo resultado de uma significativa vitória política da direita. A não ser que o rugido ensurdecedor das ruas volte a soar com intensidade. Como lembrou o presidente do PC do Chile, Guillermo Teillier: *"Não podemos esquecer que todo esse processo foi iniciado pelo povo, o povo é que gerou esse cenário. Acredito que isso deve continuar sendo construído com as organizações sociais, com maior abertura e maior participação, essa é a nossa posição"*

Link: https://operamundi.uol.com.br/analise/76608/vitoria-do-rechazo-no-chile-afinal-o-que-houve

Espaço Aberto

Breve balanço sobre um mês de governo Petro na Colômbia.

Por *André Luiz Brito*
30/09/2022

No dia sete (07) deste mês de setembro, Gustavo Petro e sua vice, Francia Márquez, completaram um mês de governo na Colômbia. Apesar de ainda ser muito cedo para fazer uma avaliação completa, cabe ressaltar alguns pontos importantes que se destacaram nesse curto período de tempo do primeiro governo eleito de esquerda da história colombiana. Logo no primeiro momento de seu governo, durante o discurso de sua posse em agosto, Petro anunciou que faria reformas políticas e tributárias, buscaria diálogo com forças guerrilheiras ainda ativas no país para uma melhor gestão da segurança pública, estudaria a questão da reforma agrária e tentaria melhor a educação nacional.
Algumas dessas promessas foram postas em prática logo na primeira semana de mandato, quando Petro encaminhou ao legislativo colombiano, a Assembleia Nacional, uma proposta de reforma tributária que previa a criação de imposto sobre a renda de pessoas com ganhos mensais superiores a 10 milhões de pesos (R$ 11,8 mil), imposto de 0,5% a patrimônios superiores a 5 bilhões de pesos, além de novas taxas sobre a indústria petrolífera e o setor de mineração; além de prever também uma mudança nos impostos sobre produtos incluídos na cesta básica, o que diminuiria o preço de alimentos para pessoas de baixa renda. O Estado colombiano calculou uma possível arrecadação de cerca de 25 bilhões de pesos (algo em torno de 306 milhões de reais) logo no primeiro ano de validade. Estes recursos seriam então investidos em educação e combate à fome e desigualdade social.

No âmbito político, o governo Petro discute uma proposta de melhoria na efetividade da organização eleitoral, onde a falta de independência dos conselhos eleitorais colombianos já gerou problemas no passado. Essa mudança reduziria o número de magistrados eleitorais, passando de nove para cinco, além de mudar o tipo de carreira para um caráter administrativo. Não podemos deixar de lado a educação, onde o governo Petro visa acabar com o analfabetismo do país, além de auxiliar o acesso universal às universidades públicas e também incentivar atividades educadoras complementares, como atividades culturais, esportivas e outras ações extracurriculares; gerando assim uma grande mudança na infraestrutura educativa do país.

Porém, um dos pontos que mais se destacam no governo Petro até aqui, sem dúvidas, é a sua reaproximação com a Venezuela, visto que Petro tem se esforçado para reaproximar os dois países; afastados desde o governo de Iván Duque, quando este decidiu apoiar a autoproclamação de Guaidó à presidência venezuelana. Esse esforço das relações internacionais de ambos os países visa selar uma paz total na região, além de procurar inaugurar uma cooperação e acordo econômico entre os dois países. Ao longo do mês de setembro, tivemos de estabelecimentos de embaixadas e envios de diplomatas até uma reabertura total das fronteiras entre os dois países, além de planejamentos de tratados econômicos e declarações de boa-fé.

Outro ponto que se destaca é a sua retomada de diálogos de paz com grupos guerrilheiros ativos no país, sendo o principal o Exército de Libertação Nacional (ELN), maior grupo guerrilheiro em atividade. O governo Petro procura apaziguar cada vez mais a violência que infesta o país, onde no governo de seu antecessor a violência contra ativistas ou militantes sociais, ex-combatentes e guerrilheiros, aumentou cerca de 200% segundo relatório da ONU; além da continuação de estado de violência contra grupos guerrilheiros e aumento do narcotráfico.

Petro já iniciou os diálogos com esses grupos guerrilheiros, com as primeiras ações incluindo uma mútua libertação de prisioneiros e o estabelecimento de bases sociais do governo nos estados mais violentos do país, com uma ação conjunta entre governo federal, autoridades locais e líderes comunitários. A mesa de negociações entre governo e guerrilheiros está sendo mediada em Cuba, onde outros países como Chile, Venezuela e Espanha já se ofereceram para auxiliar nas conversas.

Ainda discutindo segurança pública, vale ressaltar a intenção do governo em combater o narcotráfico, entendendo que esta prática na Colômbia é parte de estrutura internacional e a guerra às drogas ditou por muito tempo as infraestruturas governamentais e políticas, além das intervenções estrangeiras, não estando ligada somente a um índice de violência. Desta forma, o discurso de Petro na Assembleia da ONU, no dia 20/09 foi marcante justamente pelo fato da afirmação que a “guerra às drogas” levada a frente pelos países centrais do capitalismo, destacando-se os EUA, não é somente parte de uma agenda de segurança, mas principalmente de economia, já que aqueles que mais dizem combater o narcotráfico, são aqueles que mais lucram de suas práticas; mantendo também a sua hegemonia através da desestabilização social do periférico.

Neste seu discurso também ficou bem clara a sua posição sobre a questão ambiental, algo que já era marcante desde o início de sua campanha, onde Petro e Márquez denunciavam os problemas ligados ao extrativismo, apontando para uma transição energética e ecológica, investimentos em fontes de energia limpa e renovável e como a própria lógica de mercado que valorizava o extrativismo e degradação ambiental estava ligada à violência do país, onde diversos militantes que lutavam pela causa ambiental foram assassinados.

Por fim, no final deste mês Petro anunciou que cerca de 660 mil hectares serão disponibilizados para iniciar uma reforma agrária no país que priorizará grupos historicamente marginalizados,

como indígenas e afro-colombianos. Sem dúvida, ainda se monta como um grande desafio, porém, o governo colombiano mostra coragem em avançar nas pautas que geralmente são abandonadas pela esquerda hegemônica latino-americana.

Gustavo Petro e Francia Márquez podem não ser parte de uma esquerda radical - o próprio presidente trocou a luta guerrilheira pela luta por vias eleitorais – portanto, isso não diminuiu, o trabalho que o governo colombiano tem feito até aqui. O governo de Petro e Márquez talvez se configure, no momento atual, como a liderança da esquerda na América Latina, já que demonstram vontade política em atuar nas transições necessárias para o seu país, principalmente em questões de reformas institucionais, tributárias, de segurança pública e ambientais.

Desde o início de sua campanha, presidente e vice foram enfáticos em suas intenções de enfrentar problemas ligados ao extrativismo, procurando alternativas de fontes limpas de energia; foram enérgicos ao defender a retomada de diálogos de paz e combate ao narcotráfico; não abriram mão da taxação de fortunas e de artigos de luxo e medidas que valorizassem a justiça social e o fim da desigualdade; de estudar reformas institucionais que por muito tempo empacaram a mudança real na Colômbia e manteve tradições políticas, como o uribismo, que provocou execuções de civis e aumentou suas ligações com o narcotráfico – o próprio Uribe tendo ligação com o Cartel de Medellín, na época, liderado por Pablo Escobar –, o que não trouxe nenhuma resolução permanente.

O que acontece na Colômbia pode ser levado de exemplo para outros países da América Latina, incluído aí o Brasil. Nossos vizinhos não vão resolver todos os seus problemas em um mandato, visto que a questão é estrutural, mas a vontade política de mudança deve estar sempre presente, como é o caso. Que o próximo presidente do Brasil, caso seja de esquerda, esteja disposto a não abrir mão de pautas históricas, assim como faz Gustavo Petro, que mesmo com ameaças e atentados, mantém suas posições de campanha e busca as mudanças para que promessas se tornem em ações.

Agenda Acadêmica

Call for papers: "Bicentenário da Independência brasileira: reflexões e perspetivas"

Apresentação: O colóquio “Bicentenário da Independência Brasileira: reflexões e perspetivas” é organizado pelo CEI-Iscte, em parceria com o CIES-Iscte e a Casa do Brasil, nos dias 10 e 11 de novembro de 2022. O prazo para envio de comunicações para o Encontro de Jovens Investigadores foi alargado até 10 de outubro, com possibilidade de apresentações online.

Celebram-se este ano os 200 anos da Independência do Brasil. Aproveitando esta efeméride, o Centro de Estudos Internacionais (CEI-Iscte) e o Centro de Investigação e Estudos em Sociologia (CIES-Iscte) do Iscte-Instituto Universitário de Lisboa, com o apoio do Doutoramento em História Moderna e Contemporânea e do Doutoramento em Estudos Internacionais, organizam um colóquio subordinado ao tema “Bicentenário da Independência brasileira: reflexões e perspetivas”, que será seja um espaço de reflexão e debate sobre temas relativos à independência e evolução histórica do Brasil desde 1822 até ao presente.

No âmbito deste evento, iremos organizar a 11 de novembro de 2022, um encontro destinado à participação de jovens investigadores (doutorandos ou recém-doutorados), onde pretendemos debater as problemáticas que envolvem os 200 anos do Brasil independente, tendo como base uma perspetiva no âmbito da História e das Relações Internacionais do Brasil.

Encontra-se aberto o período para apresentação de propostas em três áreas:

"As diferentes independências do Brasil" – neste tópico inclui-se as diferentes perspectivas acerca da independência do Brasil, como foi percepcionada, quer no momento, quer também no impacto que teve ao longo do tempo, em termos de grupos sociais particulares (mulheres, indígenas, negros, grupos profissionais ou grupos políticos, etc.).
"O Brasil e as suas relações atlânticas" – um dos objetivos do encontro é enquadrar a independência brasileira no seu contexto regional e analisar o seu impacto, no tempo e no espaço. Este painel poderá abordar questões como o impacto das independências das restantes colónias ibero-americanas ao longo do século XIX, as relações que se estabeleceram entre si, as relações pós-coloniais com os países ibéricos, entre outros.
"O Brasil como ator global" – esta é uma temática que procura sobretudo refletir o papel do Brasil como ator internacional, não só do ponto de vista regional, mas também global. Como se irá comportar internacionalmente o Brasil, depois de ser claramente identificado como uma das potências emergentes do início do sec. XXI? Qual o impacto que a mudança na liderança política e o resultado eleitoral de outubro de 2022 poderá ter na política externa brasileira? O que poderemos esperar do Brasil como potência regional? Estes serão alguns dos temas deste painel.
As propostas devem ser enviadas até ao dia 10 de outubro de 2022 a indicar o painel a que se propõe participar, para bicentenariobrasil.iscte@gmail.com e incluir:

Um resumo com até 300 palavras;
CV resumido do autor (até 100 palavras); até quatro palavras-chave.
Serão aceitas propostas em português, espanhol, inglês e francês.

As comunicações poderão ser apresentadas em formato presencial ou online. É dada preferência ao modo presencial.

Os resultados das propostas serão enviados até ao dia 17 de outubro de 2022.

Data: Data de abertura: 01/08/2022· Data de encerramento: 10/10/2022

Para mais informações: https://plataforma9.com/congressos/call-for-papers-bicentenario-da-independencia-brasileira-novo-prazo.htm

X Simpósio sobre Reforma Agrária e Questões Rurais

Apresentação: O X Simpósio sobre Reforma Agrária e Questões Rurais: Mudanças Climáticas, Mundo Rural e Precarização de Políticas Públicas objetiva promover um espaço de diálogos, debates e proposições entre os diferentes atores sociais envolvidos com a pesquisa, ensino, extensão e formulação de políticas públicas no meio rural. É um espaço que propicia trocas de conhecimentos e aprendizados, que fortalece a construção da ciência e propicia elementos fundamentais para a avaliação e a reflexão em torno das políticas públicas.

Ao longo da história de realização dos Simpósios, temos tido a participação de estudantes de graduação e pós-graduação (mestrado e doutorado) de vários campi da UNESP, UFSCar, Unicamp, dos Institutos Federais, de diversas universidades públicas e privadas de outros Estados, além de professores e

pesquisadores, de gestores de órgãos públicos, representantes de movimentos sociais, cooperativas e de agricultoras e agricultores familiares em geral.

Destaca-se também que a realização do evento é um momento privilegiado da prática da extensão universitária ao propiciar aos profissionais de diferentes áreas que atuam junto às organizações sociais e produtivas do campo um momento de atualização em temas relacionados ao desenvolvimento rural e urbano. Neste ano, apesar das restrições, devido ao contexto de pandemia da COVID-19 que ainda vivemos, esperamos contar com receptividade e boa adesão do público.

Data: 9 a 11 de novembro de 2022

Para mais informações: https://www.uniara.com.br/eventos/x-simposio-reforma-agraria-questoes-rurais/

V Congresso Latino-Americano e do Caribe de Ciências Sociais: Democracia, justiça e igualdade

Apresentação: A Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais — FLACSO Uruguai, convida para a participação no V Congresso da América Latina e do Caribe de Ciências Sociais da FLACSO, a ser realizado no Uruguai, de 16 a 18 de novembro de 2022. O tema do congresso é: Democracia, justiça e igualdade.

Seu objetivo é refletir sobre o estado atual das ciências sociais na região e explorar as contribuições acadêmicas que podem ser feitas na América Latina. O evento é destinado a estudantes, pesquisadores e acadêmicos da América Latina e de outras partes do mundo, e visa reunir as principais e mais recentes reflexões sobre a região.

A data limite para submissão de propostas de simpósios e mesas temáticas é dia 1 de abril de 2022. O prazo para submissão de resumos estará aberto até 01 de maio de 2022. Já a apresentação de propostas de pôster poderá ser feita até dia 01 de junho de 2022.

Data: 16 a 18 de novembro de 2022

Para mais informações: https://flacso2022.uy/pt/home/

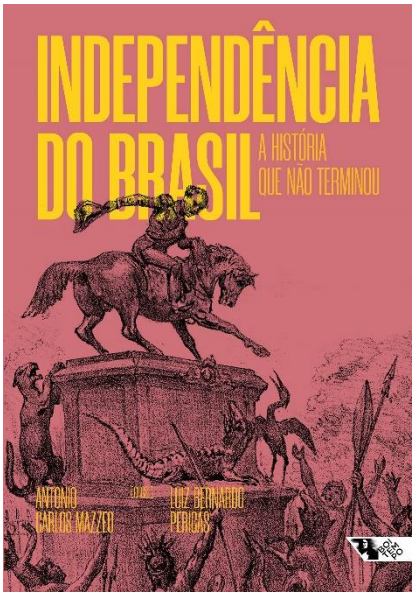
Lançamentos



Revista Ágora v. 33 n. 2 (2022): Direitos Humanos na América Latina: história, política e lutas sociais

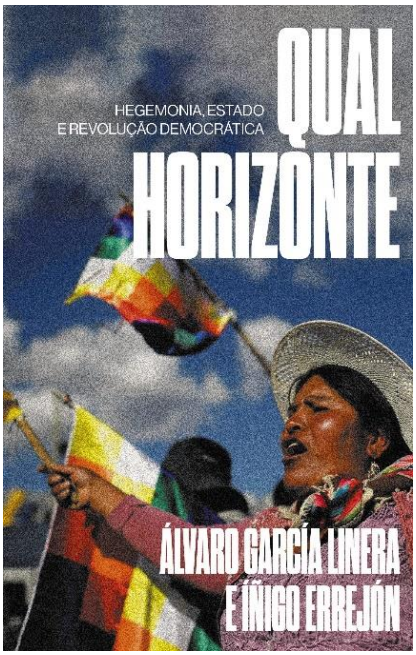
Sinopse: O presente dossiê "Direitos Humanos na América Latina: história, política e lutas sociais", que ora chega ao público, na presente edição da Revista Ágora é fruto de inúmeras preocupações voltadas para a defesa e garantia dos direitos humanos na região a partir da reflexão crítica e abordagens de temas concretos que fazem parte da realidade histórica de nuestra América.
O dossiê reúne artigos de autores/as de diferentes campos disciplinares e países da América Latina, apresenta resultados de pesquisas sobre temas relacionados aos direitos humanos latino-americanos, evidenciando a complexidade e necessidade do debate. O objetivo é oferecer uma ferramenta de análise teórico-crítica qualificada sobre os processos históricos que determinaram a compreensão e construção dos direitos humanos na América Latina, considerando a incidência de pautas históricas, movimentos e lutas sociais diversos.

Disponível em: https://periodicos.ufes.br/agora/issue/view/1372



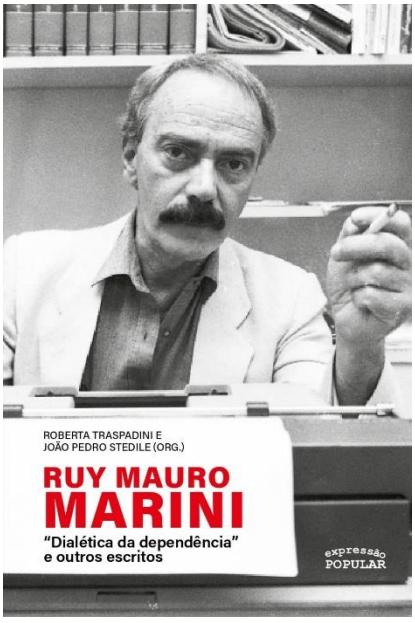
Independência do Brasil: a história que não terminou. Antonio Carlos Mazzeo e Luiz Bernardo Pericás; Editora Boitempo. 2022

Sinopse: Independência do Brasil: a história que não terminou, obra organizada por Antônio Carlos Mazzeo e Luiz Bernardo Pericás, oferece ao leitor, duzentos anos após o grito do Ipiranga, uma discussão abrangente e elucidativa sobre um processo que até hoje desperta controvérsias e mal-entendidos. Reunião de 12 artigos de autores especializados no tema e no período, o conjunto apresenta visões diversas sobre o processo político e econômico da época (crise do antigo sistema colonial, formação do Estado brasileiro, estrutura de classes) ao lado de estudos mais detidos de interpretações clássicas, bem como de temas como o mapeamento do território, a formação do mercado livreiro, a estrutura tributária da colônia e Império, rebeliões populares do período. Ao mesmo tempo em que divulga algumas das pesquisas mais aprofundadas sobre o assunto, o livro contribui para que se tenha uma visão panorâmica do processo de Independência do Brasil. Trata-se, portanto, para os especialistas, de peça de atualização e discussão, e, para o público geral, de obra de informação e reflexão sobre um processo importantíssimo, mas de certa forma ainda inconcluso.



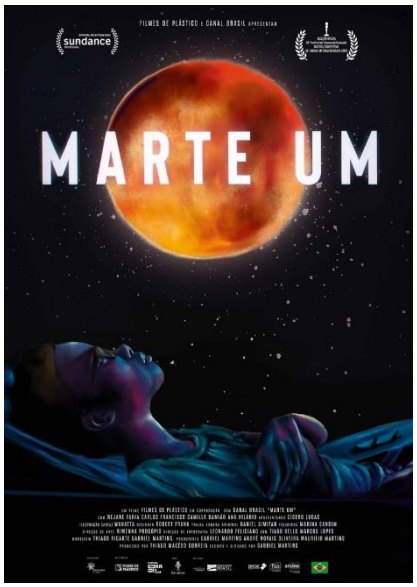
Qual Horizonte: Hegemonia, Estado e Revolução Democrática. Álvaro García Linera e Íñigo Errejón. Editora Autonomia Literária. 2022

Sinopse: Entre abril de 2018 e fevereiro de 2019, Álvaro García Linera e Íñigo Errejón, duas das mentes mais brilhantes do pensamento político contemporâneo, mantiveram uma longa conversa, entre La Paz e Madrid, sobre as condições que permitem hoje que as classes populares se organizem e exerçam o poder político. Em uma rica troca de experiências, leituras e aprendizados sobre os processos de mudança e lutas na América Latina e no sul da Europa, algumas questões centrais nortearam a conversa: por que e como governam aqueles que governam? Que condições são necessárias para que os de baixo defendam uma nova vontade geral? Como o exercício do poder pode transformar o Estado e não apenas gerenciá-lo? Como lutar contra a hegemonia neoliberal e transformar as condições e os horizontes da vida? E como fazer essas conquistas perdurarem em contextos de pluralismo político inalienável? Longe tanto de mecanismos na esquerda que ameaça aprisioná-los no momento da luta e da melancolia, quanto do risco de confinar a política à mera gestão do que já existe, Álvaro García Linera e Íñigo Errejón apostam neste livro em um olhar compartilhado sobre o poder, a hegemonia e o que há de essencial na democracia para a renovação do pensamento e da prática política emancipatória.



Dialética da Dependência e Outros Escritos, 2ª edição. Ruy Mauro Marini. Editora Expressão Popular. 2022

Sinopse: Esta coletânea, publicada originalmente em 2005 sob o título Ruy Mauro Marini: vida e obra, ganha agora nova edição em homenagem aos 90 anos de Marini (1932-1997), um dos maiores pensadores contemporâneos brasileiros. Esta segunda edição, revista e ampliada, conta com a apresentação do professor e pesquisador Mathias Luce, que destaca o pioneirismo da primeira edição organizada por Roberta Traspadini e João Pedro Stedile, há dezessete anos, contra o bloqueio acadêmico de Marini, e comemora a publicação desta obra no avanço das pesquisas da Teoria Marxista da Dependência em centenas de estudos brasileiros



Filme: Marte Um. Distribuidor: Magnolia Pictures. 2022

Sinopse: Uma família negra da periferia de Contagem, Minas Gerais, busca seguir seus sonhos em um país que acaba de eleger como presidente um homem de extrema-direita, que representa o contrário de tudo que eles são.

Expediente

Reitor
Prof. Mário Sérgio Alves Carneiro
Vice-reitora
Profª Georgina Muniz
Sub-reitora de Graduação
Prof. Lincoln Tavares Silva
Sub-reitora de Pós-graduação e Pesquisa
Prof. Luís Antônio Campinho Pereira da Mota
Sub-reitora de Extensão e Cultura
Profª Cláudia Gonçalves de Lima
Diretora do Centro de Ciências Sociais
Profª. Dirce Eleonora Nigro Solis
Coordenadora do PROEALC
Profª Silene de Moraes Freire
Editora Responsável
Profª Dra. Silene de Moraes Freire
Editor
André Luiz Brito Silva Ferreira
(PROEALC/CCS/UERJ)

Coordenação de Produção
André Luiz Brito Silva Ferreira
(PROEALC/CCS/UERJ)
Brena da Silva Ferreira
(PROEALC/CCS/UERJ)
Liana Santos de Carvalho
(PROEALC/CCS/UERJ)
Pâmella Menezes
(PROEALC/CCS/UERJ)
Raphael Mello Rezende
(PROEALC/CCS/UERJ)
Diagramação e Revisão
Vitor de Araujo Ferreira
(PROEALC/CCS/UERJ)

Os textos publicados são de responsabilidade dos autores.